

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas (Urso) e preencha os espaços em branco para cada questão correta.
- Em seu caderno de prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura Situação hipotética:... seguida de Assertiva:..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços em branco para rascunho ou para a realização de cálculos que não estejam no sistema de avaliação do caderno de prova poderão ser utilizados para rascunhos.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca Cebraspe

INSS – 9º SIMULADO – TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ética Kátia Lima

Julgue os itens abaixo sobre ética geral, ética no serviço público e ética e função pública, tendo como base o Decreto n. 1.171/94 e o Decreto n. 6.029/2007.

- 1 Constitui vedação ao servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo se observadas as formalidades legais.
- 2 A comissão de ética é composta por três titulares e três suplentes, com mandatos não coincidentes de até três anos, permitida recondução.
- 3 O imperativo categórico refere-se à forma de compreender o comportamento moral, ou seja, o modo como um indivíduo age com base em princípios que gostaria de ver aplicados é a máxima e poderá se tornar o que ele chama de lei universal.

Direito Constitucional Ricardo Blanco

Em relação aos direitos fundamentais, julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 4 É inconstitucional a imposição legal de prazo decadencial para impetração de mandado de segurança.

João, de dezoito anos de idade, foi contratado como frentista em um posto de gasolina localizado em Boa Vista – RR. O contrato de trabalho foi firmado em regime de tempo parcial para uma jornada de vinte e cinco horas semanais.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a CLT.

- 5 A idade de João não constitui óbice ao exercício da atividade de frentista, uma vez que a Constituição Federal de 1988 admite o trabalho em condições de periculosidade aos maiores de dezoito anos de idade.

Julgue o item em relação à nacionalidade.

- 6 Ainda que, em regra, inexista distinção entre brasileiros natos e naturalizados, o cargo de oficial das Forças Armadas só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Julgue os itens.

- 7 Os direitos individuais possuem um rol taxativo na constituição.
- 8 Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e legais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- 9 Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, é um direito do trabalhador doméstico, segundo a Constituição Federal.
- 10 É cabível a expulsão de estrangeiro com filho brasileiro, mesmo quando nascidos ou adotados após o fato que gerou o pedido de expulsão, pois prevalece a garantia à preservação do núcleo familiar e ao interesse afetivo da criança, normas consagradas pela Constituição Federal de 1988.

Direito Administrativo Rodrigo Cardoso

Julgue os itens a seguir, considerando aspectos do Direito Administrativo.

- 11 Em razão da grande demanda de serviço, o Diretor de um Departamento do INSS delegou a seu subordinado a competência para decidir recursos administrativos hierárquicos. Assertiva: o mencionado ato de delegação é inválido, porque essa competência não pode ser delegada.

- 12** Geraldo é servidor do INSS e precisou dirigir veículo oficial da entidade para serviço de urgência. No caminho de volta, acabou provocando acidente gerando prejuízo de doze mil reais ao proprietário do veículo que foi abalroado. Assertiva: a responsabilidade do INSS é objetiva, sendo desnecessária a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa de Geraldo.
- 13** Em tema de poderes administrativos, representa a manifestação do poder hierárquico a demissão de servidor público estável ocupante de cargo efetivo, após processo administrativo disciplinar, pela prática de falta funcional.
- 14** Ocorre descentralização por serviço quando a União transfere a execução e a titularidade de um serviço a entidade da administração indireta.
- 15** A União autoriza, por meio de lei, a instituição de uma autarquia. Para preencher os cargos dessa autarquia, serão realizados concursos públicos, e os empossados serão regidos pelo regime jurídico estatutário. Além disso, visando a contenção de despesas, a União pretende convocar alguns empresários para participar do capital da autarquia, deixando o Poder Público com 51% das ações com direito a voto. Assertiva: todas as regras para instituição de uma autarquia estão sendo cumpridas pela União.
- 16** Determinado administrado construiu prédio de seu comércio sem requerer ou obter alvará de funcionamento e, ainda invadiu área pública. Após regular processo administrativo a administração Município procedeu à demolição da parte construída ilegalmente em área pública. Assertiva: a conduta do poder público é ilegal, pois há necessidade de autorização judicial para efetivar a demolição da obra.
- 17** O Técnico do Seguro Social do INSS poderá acumular seu cargo com outro de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

Gramática – Texto

Vânia Araújo

- 1 A relevância da saúde para a realização plena do ser humano fez com que, ao longo dos tempos, referida temática ocupasse os mais variados foros, merecendo a atenção dos leigos e dos mais distintos **experts**. Trata-se de noção que
- 5 pode ser obtida através do senso comum, mas que é objeto de estudo por variadas ciências. Referida relevância implicou a consagração da saúde como direito humano e direito fundamental, bem como o advento de vasta normatização pelos ordenamentos jurídicos.
- 10 A noção de saúde não está restrita aos meios acadêmicos. Exatamente por isso, historicamente, percebe-se uma aproximação entre a ideia de saúde e a realização de exercícios físicos, bem como a manutenção de dieta. Nada obstante, ainda na antiguidade, Platão agregou ao elemento físico o
- 15 campo da alma. Nessa época, já se asseverava a necessidade de manutenção de um equilíbrio interno do homem com a organização social e a natureza.
- Com o advento do Estado moderno, a despeito da consagração das declarações de direitos, o Estado liberal burguês
- 20 limitou-se a garantir aqueles direitos relacionados à noção de liberdade, sendo assegurada, apenas, a igualdade formal das pessoas. Com efeito, porque já dotados das condições necessárias para atingir a igualdade material com a nobreza, os revolucionários burgueses preocuparam-se somente com
- 25 a derrubada dos privilégios vigentes no antigo regime. Dessa forma, o Estado adotou postura absenteísta, sendo conhecido como Estado-polícia. Nesse contexto, a saúde era vista como questão de Estado, mas se buscava apenas a preservação da vida, objetivando o crescimento populacional e, consequentemente, a garantia das fronteiras e a formação de exércitos.
- 30 A igualdade formal consagrada pelo Estado Liberal foi responsável pela opressão das camadas desfavorecidas, em razão da desigualdade material que persiste até os dias de hoje. Ocorreram, a seguir, as chamadas revoluções operárias e, já no princípio do século XX, percebe-se o advento do Estado Social, cujos marcos usualmente apontados são a Constituição do México, de 1917, e de Weimar, em 1919. Nesse contexto, são incorporados pelo direito positivo os
- 35 chamados direitos sociais, cuja realização depende intrinsecamente da promoção de políticas públicas pelo Estado, que deve deixar sua postura absenteísta de outrora e tornar-se promotor do bem-estar (**Welfare state**).
- 40

Luciano Moreira de Oliveira. <<https://jus.com.br/artigos/14686/do-direito-a-saude-ao-direito-sanitario>>. Extraído em 23/09/2021. (com adaptações).

Acerca da tipologia, das ideias e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

- 18** Para o autor, a temática da relevância da saúde para a realização do ser humano foi objeto de estudo da ciência muito antes de ser consagrada pelo senso comum.
- 19** A expressão “através do” (l. 5) pode ser substituída pelo termo “por intermédio do”.
- 20** De acordo com as ideias do texto, a saúde é um direito humano e fundamental, consagrado nos ordenamentos jurídicos.
- 21** Considerando-se o contexto, o vocábulo “distintos”, na expressão “dos mais distintos experts”, na linha 4, tem o significado de “célebres”, “ilustres”.
- 22** No trecho “mas **que** é objeto de estudo por variadas ciências” (l. 5-6), o pronome destacado tem como referente o termo “noção” (l. 4).
- 23** No segundo parágrafo, o autor esclarece que, na antiguidade, Platão foi o único pensador a mostrar a importância de se associar a saúde física (do corpo) e a saúde mental (da alma).
- 24** Na linha 18, a locução “a despeito da” poderia, sem prejuízo da correção gramatical e das relações de sentido do texto, ser substituída por “tendo em vista que a”.
- 25** Dada a regência do verbo **limitar**, é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “limitou-se a garantir aqueles direitos” (l. 20).
- 26** Mantém a correção gramatical e as relações de sentido do texto a reescrita do trecho “Com efeito, porque já dotados das condições necessárias para atingir a igualdade material com a nobreza, os revolucionários burgueses preocuparam-se somente com a derrubada dos privilégios vigentes no antigo regime.” (l. 22-25) como: *Efetivamente, os revolucionários burgueses preocuparam-se somente com a derrubada dos privilégios vigentes no antigo regime, na medida em que já possuíam as condições necessárias para atingir a igualdade material com a nobreza.*
- 27** É possível depreender das informações do terceiro parágrafo que, para o Estado liberal burguês, a saúde tinha a função pragmática de preservar a vida e aumentar a população, para garantir a formação de exércitos e a segurança das fronteiras.
- 28** O trecho “sua postura absenteísta”, na linha 41, remete à ideia de que o Estado adotou uma postura despreocupada em relação a um direito fundamental da população, que é a saúde como promotora do bem-estar.
- 29** O advérbio “intrinsecamente” (l. 39-40) pode ser substituído, sem prejuízo para os sentidos do texto, por **intimamente**, **aparentemente** ou **inerentemente**.
- 30** O pronome “cuja” (l. 39) tem como referente a expressão “os chamados direitos sociais” (l. 38-39), razão pela qual pode ser substituído pela expressão “dos quais”.
- 31** Das ideias do quarto parágrafo, é possível inferir que a promoção de políticas públicas de saúde depende intrinsecamente da incorporação dos direitos sociais ao Estado.
- 32** No texto, de tipologia predominantemente narrativa, o autor relata como se deu a consagração do direito à saúde no Estado Moderno.

Redação Oficial

Lucas Lemos

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais previstos no **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue os itens que se seguem.

- 33** O Presidente da República deve encaminhar uma medida provisória mediante ofício, uma vez que essa é uma exigência do princípio da publicidade das comunicações oficiais.
- 34** O uso do tratamento *digníssimo*, em comunicações oficiais, está abolido, já que a dignidade é um pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
- 35** A *comunicação interministerial* é o documento que se dirige a mais de um Ministro.
- 36** A data de um expediente oficial deve estar alinhada à direita da primeira linha, a par da identificação do documento, para atender às normas do padrão ofício.
- 37** No fecho de um ofício entre autoridades de mesma hierarquia, recomenda-se substituir expressões como “Com os meus maiores respeitos e consideração” por **Atenciosamente**.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

Considere a proposição P.

P: Se as novas unidades de atendimentos do INSS forem inauguradas, então o cidadão será beneficiado.

Com base nessas informações, julgue os itens:

- 38** O número de linhas na tabela-verdade da proposição P é menos de 5.
- 39** Caso a proposição “As novas unidades de atendimentos do INSS forem inauguradas” seja falsa, então a proposição P será necessariamente verdadeira.
- 40** A negativa da proposição P é dada por “Se as novas unidades de atendimentos do INSS forem inauguradas, então o cidadão não será beneficiado”.
- 41** A proposição P é equivalente a “Se as novas unidades de atendimentos do INSS não forem inauguradas, então o cidadão não será beneficiado”.
- 42** Em uma repartição pública, 40% dos servidores são homens e 60% destes possuem algum curso superior. Então, a porcentagem de funcionários dessa repartição que são homens e possuem algum curso superior é igual a 24%.

Informática

Fabrício Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item abaixo.

- 43** Atualmente, é recomendável utilizar o Windows 7 ao invés do Windows 10, devido ao fato de aquele já estar no mercado há mais tempo, com mais atualizações, e por isso é mais consolidado.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item.

- 44** Ao acessar a Internet por meio de um roteador WI-FI, padrão 802.3, o usuário estará em uma rede sem fio.

Sobre conhecimentos relacionados a Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45** Um servidor do INSS, ao autenticar no sistema por meio de um Token, fornecido pelo órgão, utilizou uma autenticação baseada no grupo daquilo que ele sabe.

Sobre conhecimentos relacionados ao Libre Office 7.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue os próximos itens.

- 46** No Writer, por meio da combinação de teclas CTRL+N, é possível aplicar o efeito negrito em uma palavra de um texto.

A planilha a seguir apresenta a situação de pessoas que pleitearam as suas aposentadorias, em que o S significa SIM e o N significa NÃO.

	A	B
1	Nome	Aposentado
2	Mário Sales	S
3	Rodrigo Caixeta	N
4	Carlos Mário	S
5	César Ribeiro	N
6	Caio Neves	S
7		

- 47** Ao inserir a fórmula =PROCV(A2;A1:B6;2;0) na célula A7, será obtido o resultado “S”.

Regimento Jurídico Único

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens abaixo, considerando a Lei n. 8.112/1990.

- 48** Será demitido o aposentado que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.
- 49** Adriano, servidor do INSS, praticou falta punível com suspensão. O fato foi descoberto por sua chefia imediata em 12/12/20. Desse modo, o processo administrativo disciplinar deverá ser instaurado até 12/12/21.
- 50** O servidor indiciado em processo disciplinar, após a devida citação, tem dez dias para apresentar defesa escrita.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Seguridade Social**

Carlos Machado e Ravan Leão

Em relação às disposições legais sobre organização e princípios da Seguridade Social previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, julgue os itens.

- 51** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, com natureza facultativa, solidária e contributiva.
- 52** As contribuições sociais para a Seguridade Social só poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando a anterioridade anual.
- 53** Um advogado da área previdenciária, ao deparar com duas ou mais normas tratando do mesmo tema, deverá se utilizar dos seguintes artifícios para a resolver a lide normativa: emprego de analogia, aplicação dos costumes e aplicação dos princípios gerais do direito.
- 54** Conforme prevê a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal (STF), a norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- 55** Atualmente, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) segue a sistemática do regime de repartição simples, que é aquele no qual os trabalhadores contribuem para o sistema previdenciário, financiando os benefícios daqueles que se encontram inativos.
- 56** Em consonância com a legislação previdenciária, não se equipara a empresa o proprietário do imóvel, o incorporador ou o dono de obra de construção civil, quando pessoa física, em relação a segurado que lhe presta serviços.
- 57** Em regra, o segurado especial, ao possuir outra fonte de renda, é automaticamente descaracterizado desse enquadramento legal. Entretanto, a própria legislação permite que, em algumas situações, o cidadão tenha outra fonte de renda sem deixar de ser segurado especial. Está entre essas situações o exercício de mandato de vereador do município onde desenvolve a atividade rural, ou de dirigente de cooperativa rural constituída exclusivamente por segurados especiais.
- 58** O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios é aplicável tanto para a Seguridade Social quanto para a Previdência Social, sendo que, em ambas as situações, busca-se a preservação do valor nominal do benefício concedido.

- 59** Conforme dispõe a legislação previdenciária, perde a qualidade de dependente do segurado o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado.
- 60** Conforme determinação legal, mantém-se a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social. O período de graça apresentado será prorrogado em mais doze meses no caso de desemprego involuntário, com a devida comprovação perante o Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- 61** Conforme dispõe o texto constitucional, a Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma indireta e pelos recursos provenientes dos orçamentos da União, do Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais, de forma direta.
- 62** Em meados dos anos 90 era comum, no Brasil, a prática dos planos de demissão voluntária (PDV), em que a empresa privada ou pública (sob regime da CLT) buscava a redução do seu quadro pessoal. O PDV era um artifício utilizado para romper amigavelmente a relação de trabalho entre o indivíduo e a empresa por meio de uma indenização considerável (geralmente um mês de salário por ano de trabalho). No caso, essa indenização é passível de incidência de contribuição previdenciária.
- 63** A importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do Auxílio-Doença, em todos os casos, é uma parcela integrante do salário de contribuição.
- 64** Tereza, representante comercial de roupas, recebe um salário mensal de R\$ 10.000,00 e realiza viagens constantes, todos os meses, para divulgar e vender a sua representação. No mês de dezembro de 2020, Tereza viajou dez vezes e recebeu R\$ 400,00 de diária em cada viagem. No caso em tela, as diárias recebidas integram o salário de contribuição da trabalhadora e sobre elas incide a contribuição previdenciária.
- 65** Para todos os segurados, a filiação não depende de um ato formal praticado entre o segurado e a autarquia previdenciária, ou seja, estamos diante do Princípio da Automaticidade da Filiação, uma vez que esta independe da vontade do segurado.
- 66** A filiação é o vínculo jurídico estabelecido entre o segurado e o INSS, do qual decorrem direitos e obrigações para ambas as partes. Por seu turno, a inscrição é o ato formal que identifica o segurando perante a Previdência Social.
- 67** O abono anual é equivalente à gratificação natalina do segurado ou dependente em gozo de benefício previdenciário. A legislação previdenciária afirma que será devido Abono Anual ao segurado e ao dependente que, durante o ano, recebeu Auxílio-Doença, Auxílio-Acidente, Aposentadoria, Salário-Maternidade, Salário-Família, Pensão por Morte ou Auxílio-Reclusão.
- 68** É correto afirmar que os únicos benefícios reembolsáveis ao empregador são o salário-maternidade e o salário-família.
- 69** Ênio, enquanto laborava no seu local de trabalho, dentro do horário de expediente, sofreu um acidente em consequência de ato de terrorismo praticado por companheiro de trabalho. Nesta situação, tal acidente não é considerado um acidente do trabalho para efeitos legais.
- 70** Conforme dispõe a LOAS, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- 71** São segurados obrigatórios da Previdência Social, como empregado doméstico, aquele que prestar serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial destas, mesmo em atividades com fins lucrativos.
- 72** Não está previsto, em caso algum, como segurado empregado obrigatório da Previdência Social do Brasil, o estrangeiro que presta serviços no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira, ainda que sem residência permanente no Brasil, e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou da repartição consular.
- 73** Não é filiado obrigatório ao RGPS, na qualidade de segurado empregado, o menor aprendiz, com idade de quatorze a dezoito anos, sujeito a formação técnica-profissional metódica.

João, casado com Ana desde 10/01/2018, é segurado do regime geral de previdência social desde 01/07/1989, na qualidade de contribuinte individual.

Considerando essa situação hipotética e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item que se segue.

74 Por ser um contribuinte individual, João é segurado facultativo da previdência social.

Acerca da seguridade social, julgue o item seguinte.

75 O princípio da universalidade de cobertura da seguridade social assegura a concessão de todos os benefícios e serviços a todas as pessoas que deles necessitarem, independentemente de contribuição.

76 Constitui objetivo da seguridade social manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.

77 Por força da regra da contrapartida, os benefícios e serviços da seguridade social somente poderão ser criados, majorados ou estendidos se existente a correspondente fonte de custeio total.

78 D. Maricota é maior de 65 anos e é beneficiária do Benefício Assistencial ao Idoso (BPC-LOAS). De acordo com a jurisprudência do STF, seu benefício deverá ser reajustado anualmente de forma que seja mantido o seu valor real.

79 São agentes responsáveis por registrar e monitorar os aspectos biológicos constantes no Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP: a empresa e os técnicos de segurança do trabalho da própria empresa.

80 Para concessão da aposentadoria especial a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos, será feita mediante formulário denominado Programa de Controle de Saúde Ocupacional (PCMSO).

De acordo com a legislação trabalhista e previdenciária, julgue o item.

81 O acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em razão de desabamento, de inundação ou de incêndio, será considerado acidente de trabalho.

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item.

82 Mabel, segurada da previdência social, sofreu um acidente de trânsito enquanto se deslocava de sua residência para o seu local de trabalho, onde exerce a função de balconista. Assertiva: Nessa situação, o acidente do qual Mabel foi vítima equipara-se a acidente do trabalho.

83 Caso um trabalhador esteja prestando espontaneamente serviço para seu empregador, sem autorização prévia, fora do local e horário de trabalho, para evitar prejuízo à empresa, e tenha sofrido um acidente durante tal serviço, não poderá se considerar acidente de trabalho, pois o trabalho foi prestado indevidamente, sem autorização prévia.

A respeito de acidente de trabalho e doença do trabalho, julgue o item seguinte.

84 Em caso de morte por acidente de trabalho, a empresa deverá comunicar o fato à autoridade competente no primeiro dia útil após a emissão do atestado de óbito

85 A prestação de benefícios e serviços da previdência social será garantida ao dependente, no caso do benefício de pensão por morte, desde a data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.

86 Euclides é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social e veio a falecer deixando como seu único dependente seu filho Euclides Júnior. Este último não é inválido, possui 20 anos de idade e, devido a uma decisão judicial, colou grau em ensino superior aos 19 anos. Nessas condições, podemos afirmar que Euclides Júnior fará jus a pensão por morte em decorrência do falecimento de seu pai.

87 Alberto é segurado do RGPS e faleceu, deixando como único dependente seu filho Lúcio, que tinha 17 anos da data do óbito de seu pai e não era emancipado. Aos 20 anos, Lúcio sofreu um acidente que o deixou inválido. Tendo em vista estas informações, é correto afirmar que Lúcio fará jus à pensão por morte enquanto durar sua invalidez.

88 O enteado de segurado do RGPS é considerado seu dependente e concorre em igualdade de condições com os filhos biológicos, sendo sua dependência econômica presumida.

89 O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da parte individual da pensão por morte do dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

90 Mariovaldo era segurado do RGPS na qualidade de contribuinte individual e veio a falecer, deixando sua esposa Joana e dois filhos, Reginaldo e Sandra. Reginaldo possui 23 anos e está cursando o ensino superior. Já Sandra possui 19 anos e não é emancipada. Além disso, Mariovaldo tinha uma irmã, Míriam, que dependia economicamente dele e possui 20 anos de idade. Nessas condições, podemos afirmar que a pensão por morte será rateada em parte iguais por Joana, Reginaldo e Sandra.

Considerando o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue o item que se segue, quanto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

91 A idade do segurado, embora não configure requisito concessório, influencia o cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que seja inaplicável, na hipótese, o fator previdenciário.

92 O segurado especial terá direito a aposentadoria por idade com requisito diferenciado, desde que comprove o exercício da atividade rural por tempo igual ao número de meses exigidos para a carência do benefício.

João, casado com Ana desde 10/01/2019, é segurado do regime geral de previdência social desde 01/07/1990, na qualidade de contribuinte individual. Ele pretende solicitar ao INSS, em 01/07/2021, dia do seu aniversário de cinquenta anos, sua aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

Considerando essa situação hipotética e as disposições legais vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item que se segue.

93 Na data de seu referido aniversário, João ainda não terá cumprido os requisitos para começar a receber aposentadoria por tempo de contribuição e idade.

Matheus é empregado da empresa Pop Pop há 30 anos e pretende requerer ao INSS, em 01/10/2021, a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

94 As informações fornecidas são suficientes para se concluir que Matheus tem direito ao recebimento de aposentadoria por tempo de contribuição, por haver cumprido integralmente os requisitos para o gozo do benefício.

Míriam solicitou à previdência social auxílio-acidente não decorrente de acidente de trabalho, mas seu pedido foi indeferido sob o fundamento de que ela não teria cumprido o tempo de carência legalmente estabelecido. Seis anos depois do pedido, ela ingressou com uma ação previdenciária para o recebimento do referido benefício. Considerando essa situação hipotética, à luz das normas vigentes acerca de direito previdenciário, julgue o item.

95 Como a concessão de auxílio-acidente independe de tempo de carência, a decisão administrativa de indeferimento foi incorreta.

96 Míriam, casada, sofreu acidente de trabalho em 01/02/2020 e ficou afastada da empresa em que trabalha por três meses, recebendo auxílio-doença até a data imediatamente anterior ao seu retorno, que ocorreu em 02/05/2020. Na data do acidente, o cônjuge de Míriam tinha quarenta e quatro anos de idade. Nessa situação hipotética, após o retorno ao trabalho, Míriam poderá pleitear o auxílio-acidente somente se persistirem sequelas que impliquem a redução de sua capacidade laboral.

O item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de benefícios previdenciários.

97 Cauby, solteiro, maior de idade e capaz, é gerente de uma loja há mais de sete anos e recebe salário mensal equivalente a cinco salários mínimos. Por ter cometido crime e ter sido condenado a pena de cinco anos de reclusão, ele iniciou, na presente semana, o cumprimento dessa pena. Nessa situação, Cauby terá direito de receber o benefício previdenciário denominado auxílio-reclusão durante todo o período de cumprimento da pena.

98 A perda da qualidade de segurado não impede a concessão de aposentadoria por idade e tempo de contribuição e de aposentadoria especial.

99 Acerca dos princípios constitucionais da Previdência Social, é correto afirmar que os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior.

100 O auxílio-reclusão será devido nas condições da pensão por morte, respeitado o tempo mínimo de carência de 24 meses, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

- 101** A contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional destinada à Seguridade Social, em substituição à contribuição sobre a folha de pagamentos, corresponde a cinco por cento da receita bruta, decorrente dos espetáculos desportivos de que participem em todo território nacional em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais, e de qualquer forma de patrocínio, licenciamento de uso de marcas e símbolos, publicidade, propaganda e de transmissão de espetáculos desportivos.
- 102** A contribuição devida pela agroindústria, definida como sendo o produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria ou de produção própria e adquirida de terceiros, incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição à contribuição sobre a folha de pagamentos, é de 2,5% por cento destinados à Seguridade Social e 0,1% para o financiamento do benefício da aposentadoria especial e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade para o trabalho decorrente dos riscos ambientais da atividade.
- 103** É exigida Certidão Negativa de Débito – CND fornecida pelo órgão competente da empresa na contratação com o Poder Público e no recebimento de benefícios ou incentivo fiscal ou creditício concedido por ele.
- 104** O prazo de validade da Certidão Negativa de Débito – CND é de sessenta dias, contados da sua emissão, podendo ser ampliado por regulamento para até cento e oitenta dias.
- 105** Na hipótese de haver indícios de irregularidade ou erros materiais na concessão, na manutenção ou na revisão do benefício, o INSS notificará o beneficiário, o seu representante legal ou o seu procurador para apresentar defesa, provas ou documentos dos quais dispuser, no prazo de 30 (trinta) dias, no caso de trabalhador urbano ou rural.
- Julgue os itens a seguir, de acordo com as regras constitucionais sobre a seguridade social.
- 106** O segurado somente terá reconhecida como tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social a competência cuja contribuição seja igual ou superior à contribuição mínima mensal exigida para sua categoria, assegurado o agrupamento de contribuições.
- 107** O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.
- 108** Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão sempre incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios.
- 109** É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.
- 110** Os empregados dos consórcios públicos, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias serão aposentados compulsoriamente, observado o cumprimento do tempo mínimo de contribuição, ao atingir a idade máxima de 70 (setenta) anos.
- Considerando a LOAS no que tange à assistência social como política pública, julgue os itens.
- 111** O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, tendo como instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social o Ministério de Desenvolvimento Social.
- 112** Compete aos Estados destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais.
- 113** Os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de assistência social são instâncias jurisdicionais do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. Dentre elas se destaca o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

114 O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, e, para efeitos de concessão, considera-se pessoa com deficiência: pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

115 É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, e do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social do Plano de Assistência Social.

Considerando a CF e a LOAS, no que tange à assistência social como política pública, julgue os itens seguintes.

116 A política de assistência social possui uma função previdenciária às demais políticas sociais, promovendo os direitos sociais daqueles cidadãos que se encontrem em situações de vulnerabilidade social e de enfraquecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como em situações de violação de direitos ou com vínculos familiares ou comunitários rompidos.

117 A Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e o Serviço Social não são sinônimos. Elas se complementam na busca da qualidade de vida das pessoas que necessitam da assistência social.

Considerando a LOAS, no que tange à assistência social como política pública, julgue os seguintes itens.

118 A defesa de direitos visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e, nela, a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos, além de ser um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco, vulnerabilidade social e seus agravos no território.

119 Consideram-se entidades e organizações filantrópicas ou beneficentes de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por essa Lei, bem como as que atuam na defesa e na garantia de direitos.

120 As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social que atuam no atendimento, no assessoramento e na defesa de direitos.



**SIMULADO PREPARATÓRIO PARA CONCURSO PÚBLICO
INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL**

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Gabarito	E	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C	E

Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	E	E	E	C	C	C	C	E	E	E	C	C	C	E	E

Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Gabarito	E	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E	C	E	E	E

Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	E	E	C	E	C	E	C	C	E	C	E	C	E

Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Gabarito	E	E	E	E	E	C	E	C	E	E	E	C	E	E	E

Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	E	C	E	E	E	C	C	E	E	C	E	C	E	C	E

Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Gabarito	E	C	C	E	C	C	E	C	E	C	C	C	C	C	E

Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	C	E	C	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E	C

App

GRAN QUESTÕES



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 1 milhão de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Ética Kátia Lima

Julgue os itens abaixo sobre ética geral, ética no serviço público e ética e função pública, tendo como base o Decreto n. 1.171/94 e o Decreto n. 6.029/2007.

- 1 Constitui vedação ao servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo se observadas as formalidades legais.

Errado.

É vedado ao servidor utilizar o cargo para finalidade estranha, mas abster-se de fazê-lo é dever fundamental.

- 2 A comissão de ética é composta por três titulares e três suplentes, com mandatos não coincidentes de até três anos, permitida recondução.

Errado.

Os mandatos são de três anos, e não de até três anos, e apenas uma recondução é permitida. O texto deixa aberta a possibilidade de outras reconduções.

- 3 O imperativo categórico refere-se à forma de compreender o comportamento moral, ou seja, o modo como um indivíduo age com base em princípios que gostaria de ver aplicados é a máxima e poderá se tornar o que ele chama de lei universal.

Certo.

Agir como se seu comportamento pudesse ser generalizado. O imperativo categórico é conceito de Kant e universaliza ações para verificar quão éticas elas podem ser.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Em relação aos direitos fundamentais, julgue o item abaixo de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 4 É inconstitucional a imposição legal de prazo decadencial para impetração de mandado de segurança.

Errado.

Súmula 632 do STF: "É constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança."

João, de dezoito anos de idade, foi contratado como frentista em um posto de gasolina localizado em Boa Vista – RR. O contrato de trabalho foi firmado em regime de tempo parcial para uma jornada de vinte e cinco horas semanais.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte de acordo com a Constituição Federal de 1988 e a CLT.

- 5 A idade de João não constitui óbice ao exercício da atividade de frentista, uma vez que a Constituição Federal de 1988 admite o trabalho em condições de periculosidade aos maiores de dezoito anos de idade.

Certo.

Art. 7º, XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Julgue o item em relação à nacionalidade.

- 6 Ainda que, em regra, inexistia distinção entre brasileiros natos e naturalizados, o cargo de oficial das Forças Armadas só poderá ser exercido por brasileiro nato.

Certo.

Art. 12, § 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I – de Presidente e Vice-Presidente da República;

II – de Presidente da Câmara dos Deputados;

III – de Presidente do Senado Federal;

IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V – da carreira diplomática;

VI – de oficial das Forças Armadas.

VII – de Ministro de Estado da Defesa.

Julgue os itens.

- 7 Os direitos individuais possuem um rol taxativo na constituição.

Errado.

O rol é exemplificativo, tendo em vista que outros podem ser acrescentados à Constituição.

Art. 5º, § 2º CF Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

- 8 Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e legais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Errado.

Não cabe mandado de injunção contra norma legal (lei).

Art. 5º, LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

- 9 Ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, é um direito do trabalhador doméstico, segundo a Constituição Federal.

Errado.

A constituição não garantiu esse direito à categoria dos domésticos.

Art. 7º XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.

- 10 É cabível a expulsão de estrangeiro com filho brasileiro, mesmo quando nascidos ou adotados após o fato que gerou o pedido de expulsão, pois prevalece a garantia à preservação do núcleo familiar e ao interesse afetivo da criança, normas consagradas pela Constituição Federal de 1988.

Errado.

É incabível a expulsão de estrangeiro com filho brasileiro — mesmo quando nascidos ou adotados após o fato que gerou o pedido de expulsão —, pois prevalece a garantia à preservação do núcleo familiar e ao interesse afetivo da criança, normas consagradas pela Constituição Federal de 1988. **(RE 608.898)**

Direito Administrativo

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens a seguir, considerando aspectos do Direito Administrativo.

- 11 Em razão da grande demanda de serviço, o Diretor de um Departamento do INSS delegou a seu subordinado a competência para decidir recursos administrativos hierárquicos. Assertiva: o mencionado ato de delegação é inválido, porque essa competência não pode ser delegada.

Certo.

Consta no art. 13 da Lei n. 9.784/1999 que:

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:
(...) II – a decisão de recursos administrativos.

- 12 Geraldo é servidor do INSS e precisou dirigir veículo oficial da entidade para serviço de urgência. No caminho de volta, acabou provocando acidente gerando prejuízo de doze mil reais ao proprietário do veículo que foi abalroado. Assertiva: a responsabilidade do INSS é objetiva, sendo desnecessária a comprovação do elemento subjetivo do dolo ou culpa de Geraldo.

Certo.

A responsabilidade estatal é objetiva. Nesse caso, não há necessidade de o lesado provar dolo ou culpa do servidor.

- 13 Em tema de poderes administrativos, representa a manifestação do poder hierárquico a demissão de servidor público estável ocupante de cargo efetivo, após processo administrativo disciplinar, pela prática de falta funcional.

Errado.

O poder disciplinar que fundamenta a demissão de servidor.

14 Ocorre descentralização por serviço quando a União transfere a execução e a titularidade de um serviço a entidade da administração indireta.

Certo.

Ocorre descentralização por serviço quando a União transfere a execução e a titularidade de um serviço a entidade da administração indireta.

15 A União autoriza, por meio de lei, a instituição de uma autarquia. Para preencher os cargos dessa autarquia, serão realizados concursos públicos, e os empossados serão regidos pelo regime jurídico estatutário. Além disso, visando a contenção de despesas, a União pretende convocar alguns empresários para participar do capital da autarquia, deixando o Poder Público com 51% das ações com direito a voto. Assertiva: todas as regras para instituição de uma autarquia estão sendo cumpridas pela União.

Errado.

As autarquias são criadas por lei, sendo vedada participação de capital privado em pessoa de direito público.

16 Determinado administrado construiu prédio de seu comércio sem requerer ou obter alvará de funcionamento e, ainda invadiu área pública. Após regular processo administrativo a administração Município procedeu à demolição da parte construída ilegalmente em área pública. Assertiva: a conduta do poder público é ilegal, pois há necessidade de autorização judicial para efetivar a demolição da obra.

Errado.

O ato de polícia possui o atributo da autoexecutoriedade, dispensando autorização judicial.

17 O Técnico do Seguro Social do INSS poderá acumular seu cargo com outro de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

Errado.

O cargo de Técnico do Seguro Social do INSS não pode ser acumulado com o cargo de professor.


Assinatura ILIMITADA 6.0

para concursos e OAB


Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.


A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.


 **FACILITE SEUS ESTUDOS:**
rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

 **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**
faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

 **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

 **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

 **NÚMEROS GRANDES:**
milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

 **TUDO NA SUA MÃO:**
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!